



Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

O TRABALHO PARLAMENTAR É **FUNDAMENTAL!** DEVE ESTAR **ARTICULADO** AO MOVIMENTO SINDICAL E SOCIAL

Os mandatos parlamentares, as entidades sindicais, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil desempenham papéis distintos, porém complementares, na construção e na defesa das políticas públicas.

A construção coletiva das estratégias jurídicas fortalece a defesa do Magistério, do serviço público e da Educação pública paulista, permitindo que cada instituição exerça plenamente suas atribuições em favor de objetivos comuns.

A defesa da Educação pública e dos direitos dos seus profissionais exige a atuação articulada de diversos atores institucionais. Os mandatos parlamentares, as entidades sindicais, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil desempenham papéis distintos, porém complementares, na construção e na defesa das políticas públicas.

No Estado de São Paulo, em razão da composição historicamente majoritária da base governista na Assembleia Legislativa, é natural que muitas medidas aprovadas pelo Parlamento sejam posteriormente submetidas ao controle do Poder Judiciário, especialmente quando suscitam dúvidas quanto à sua constitucionalidade ou legalidade.

Ações coletivas em defesa da categoria

Cada instituição, contudo, dispõe de instrumentos jurídicos próprios e de legitimidade específica para a defesa desses direitos. Enquanto parlamentares podem lançar mão de determinados mecanismos político-jurídico e de controle de constitucionalidade, entidades sindicais como a APEOESP possuem legitimidade constitucional para a propositura de ações coletivas voltadas à proteção dos direitos da categoria e, em diversas situações, também da própria comunidade escolar.

Essa diversidade de instrumentos constitui uma riqueza do sistema democrático. Ao mesmo tempo, evidencia a importância da coordenação entre as diferentes estratégias jurídicas. Em determinadas circunstâncias, medidas judiciais propostas de forma paralela, ainda que inspiradas pelo mes-

mo propósito e pela legítima intenção de proteger a Educação pública, podem produzir repercussões processuais inesperadas, dificultando ou até inviabilizando outras iniciativas igualmente relevantes.

Um exemplo dessa realidade ocorreu na discussão sobre a implementação das escolas cívico-militares. A APEOESP obteve decisão liminar, posteriormente confirmada por órgão colegiado do Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendendo a implantação do programa. Posteriormente, o ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade pelas bancadas de oposição, perante o Supremo Tribunal Federal, alterou o cenário processual da controvérsia, levando à revogação da liminar anteriormente concedida no âmbito da Justiça paulista e ao prosseguimento da implementação do programa enquanto a matéria aguarda julgamento definitivo pelo STF.

Mais do que atribuir responsabilidades, essa experiência evidencia a importância de que as diferentes iniciativas jurídicas sejam precedidas de diálogo e articulação entre os diversos atores comprometidos com a defesa da Educação pública.

A coordenação das estratégias potencializa os instrumentos disponíveis, evita sobreposições processuais e amplia as possibilidades de obtenção de resultados efetivos. Por essa razão, a APEOESP reafirma sua disposição permanente para o diálogo institucional com deputadas, deputados, demais entidades representativas e movimentos sociais. A construção coletiva das estratégias jurídicas fortalece a defesa do Magistério, do serviço público e da Educação pública paulista, permitindo que cada instituição exerça plenamente suas atribuições em favor de objetivos comuns.